

Andali S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstrações de resultado	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Assurance Services Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Andali S.A.
Curitiba - Paraná**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Andali S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andali S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, determinados contratos de financiamento e debêntures mantidos pela Companhia contêm cláusulas contratuais (“covenants”) a serem cumpridas mediante a manutenção de determinados índices financeiros como condição para manutenção das datas originais de vencimento destas obrigações, as quais não foram cumpridas com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021. A Companhia obteve o consentimento (“waiver”) das instituições financeiras e debenturistas em 22 de abril de 2022 fazendo com que, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não estivesse liberada da exigência dos credores de declararem o vencimento antecipado das obrigações registradas no balanço patrimonial no montante de R\$ 156.858 mil, dos quais R\$ 147.543 mil estão classificados no passivo não circulante. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando que a Companhia não detinha o direito incondicional de postergar a liquidação da obrigação em pelo menos doze meses após essa data, a obrigação deveria ter sido integralmente classificada, naquela data, para o passivo circulante. Consequentemente, o passivo circulante está apresentado a menor em R\$ 147.543 mil e o passivo não circulante a maior nesse mesmo montante em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Reconhecimento de receita com clientes

Veja a nota explicativa nº 6 (a) e 26 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As principais fontes de receita da Companhia são a prestação de serviços na industrialização, armazenamento e o carregamento e descarga a granel de fertilizantes nos módulos ferroviário e rodoviário. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ou a mercadoria ao cliente, de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. Os ingressos e receitas de prestação de serviços são reconhecidos tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. A transferência de controle das vendas de mercadorias ocorre quando os produtos são entregues e aceitas pelos clientes em suas instalações.</p> <p>Consequentemente, no final de cada período, a Companhia estima o montante das vendas faturadas que os serviços ainda não foram prestados e vendas faturadas que ainda não foram entregues e aceitas pelos clientes em suas instalações. A estimativa do montante das mercadorias em trânsito é calculada com base no tempo em que, historicamente, a mercadoria leva para ser transportada das dependências da Companhia até região em que as instalações dos clientes estão localizadas. Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria necessários para tratar do assunto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação o desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento das receitas; • Avaliação, com base em uma amostra, do reconhecimento da receita de prestação de serviços tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço; • Avaliação, com base em uma amostra, do tempo decorrido entre a data de faturamento e de recebimento das mercadorias nas dependências dos clientes; e • Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita. <p>Com base nos procedimentos acima sumarizados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas de vendas de serviços e mercadorias, incluindo a estimativa preparada pela administração sobre o montante dos serviços e mercadorias em trânsito no final do exercício, bem como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

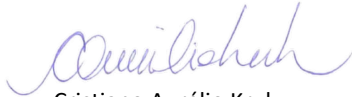
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de abril de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Andali S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	25.294	2.307	Fornecedores	17	10.651	2.632
Contas a receber de clientes	9	5.198	5.758	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	9.315	1.486
Estoques	12	1.012	866	Adiantamento de clientes		1.569	3.161
Impostos a recuperar	10	6.282	1.441	Obrigações trabalhistas	19	5.503	4.764
Outros créditos a receber	11	37.038	307	Impostos a recolher	21	571	765
		<u>74.824</u>	<u>10.679</u>	Outros passivos	20	5.670	4.993
				Passivo de arrendamentos	24	142	403
						<u>33.421</u>	<u>18.204</u>
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	10	4.277	289	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	147.543	4.241
Outros créditos a receber	11	1.076	625	Provisões para contingências	23	606	313
Investimentos		13	13	Adiantamento de clientes		3.024	-
Propriedade para investimentos	14	7.599	7.599	IRPJ e CSLL diferido	22	944	-
Imobilizado	15	138.769	44.075			<u>152.117</u>	<u>4.554</u>
Intangível	16	70	110				
Ativos de direito de uso	24	142	403				
		<u>151.946</u>	<u>53.114</u>				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	25.a	23.495	23.495
				Reserva de capital	25.b	15.005	15.005
				Reserva legal	25.c	923	923
				Reserva de retenção de lucros	25.d	1.809	1.612
						<u>41.232</u>	<u>41.035</u>
		<u>226.770</u>	<u>63.793</u>			<u>226.770</u>	<u>63.793</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita líquida de vendas	26	42.108	49.185
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	27	<u>(36.937)</u>	<u>(32.519)</u>
Lucro bruto		<u>5.171</u>	<u>16.666</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	27	(6.349)	(5.905)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>20</u>	<u>81</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		<u>(1.158)</u>	<u>10.842</u>
Despesas financeiras	28	(928)	(1.769)
Receitas financeiras	28	<u>3.227</u>	<u>332</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>2.299</u>	<u>(1.437)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.141</u>	<u>9.405</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	(2.958)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	<u>(944)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u>197</u>	<u>6.447</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Resultado do exercício	197	6.447
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>197</u></u>	<u><u>6.447</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		23.495	15.005	923	1.948	-	41.371
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	25.e	-	-	-	(1.948)	-	(1.948)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.447	6.447
Dividendo mínimo obrigatório	25.e	-	-	-	-	(4.835)	(4.835)
Retenção de lucros	25.d	-	-	-	1.612	(1.612)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		23.495	15.005	923	1.612	-	41.035
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	197	197
Retenção de lucros	25.d	-	-	-	197	(197)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>23.495</u>	<u>15.005</u>	<u>923</u>	<u>1.809</u>	<u>-</u>	<u>41.232</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		197	6.447
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	15 16	4.275	4.125
Depreciação de arrendamento	24 27	1.886	2.068
Baixa de saldo residual do ativo imobilizado	15	60	693
Provisão para contingência	23 27	293	(597)
Despesas com juros sobre empréstimos	18	880	1.534
Rendimento de aplicação financeira		(1.260)	-
Juros de arrendamento	24	68	99
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	22	944	2.958
Variações nos ativos e nos passivos			
Contas a receber de clientes	9	560	268
Estoques	12	(146)	(11)
Outros créditos a receber	11	(11.462)	2.746
Impostos a recuperar	10	(8.829)	576
Depósitos judiciais		-	(4)
Fornecedores	17	8.019	1.089
Obrigações trabalhistas	19	739	1.150
Impostos a recolher	21	(194)	456
Outros passivos	20	253	155
Adiantamento de clientes		1.432	(129)
		<u>(2.285)</u>	<u>23.623</u>
Impostos pagos		(451)	(3.177)
Juros sobre empréstimos pagos	18	(7.224)	(1.354)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		<u>(9.960)</u>	<u>19.092</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	15 16	(79.467)	(2.854)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(79.467)</u>	<u>(2.854)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos, líquido dos custos de captação	18	116.034	-
Pagamento de empréstimos	18	(1.666)	(19.566)
Pagamento de arrendamentos	24	(1.954)	(2.205)
Distribuição de dividendos	25.e	-	(7.792)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		<u>112.414</u>	<u>(29.563)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		<u>22.987</u>	<u>(13.325)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	2.307	15.632
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	25.294	2.307
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		<u>22.987</u>	<u>(13.325)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Andali S.A. é uma prestadora de serviços industriais e logísticos, que tem como principais atividades a industrialização, armazenamento e o carregamento e descarga a granel nos módulos ferroviário e rodoviário. Também atua com soluções de integração logística voltadas ao segmento de fertilizantes.

Em 30 de março de 2012 foi aprovada em Reunião de Sócios Quotistas a transformação da sociedade passando de sociedade por quotas de responsabilidade limitada para sociedade anônima.

Em 29 de junho de 2012 foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 500.000 novas ações, ao preço de emissão total de R\$ 38.000, subscritas pelo novo acionista CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda.

A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, sede matriz localizada Avenida Iguaçu, 2820 - Curitiba - PR e filial em Rondonópolis - MT na Rodovia BR 163 - KM 94 - Lote 2ª s/n.

Em 18 de setembro de 2020, conforme livro de registro de transferência de ações, ocorreu a venda parcial das ações da Companhia para a BRFétil S.A., conforme nota explicativa 25.

Em dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato de cessão de uso e exploração de área junto à empresa Rumo S.A. para construção de terminal de fertilizantes no município de Rio Verde, estado de Goiás, com vigência até 31 de junho de 2049. Esta cessão de uso e exploração de área poderá ser renovada, caso a concessão da área, firmada entre a Rumo S.A. e a Prefeitura de Rio Verde, também seja renovada. No caso de não renovação, os investimentos que não puderem ser desmobilizados serão disponibilizados à Rumo S.A. e, por conseguinte, à Prefeitura de Rio Verde, sem ressarcimento à Companhia. A cessão de uso da área é de caráter não oneroso, não havendo qualquer obrigação de pagamento à título remuneratório entre as partes. Este investimento permitirá a diversificação do portfólio de serviços prestados pela Companhia. No novo terminal, além da industrialização e armazenagem para terceiros, a Companhia fará a descarga ferroviária e o transbordo dos fertilizantes. O terminal está em fase de construção, com início da operação prevista para o primeiro semestre de 2022.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas, quando aplicável.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem riscos significativos de resultar em um ajuste material dos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** – premissas utilizadas para a determinação da extensão das garantias, bem como a perda estimada de contas a receber de clientes;
- **Nota explicativa 14** – premissas utilizadas na determinação do valor de mercado divulgado das propriedades para investimento;
- **Nota explicativa 15** - determinação da vida útil dos ativos imobilizados e teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 23** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 30** - mensuração e classificação de instrumentos financeiros.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita com clientes

Os ingressos e receitas operacionais são reconhecidos de acordo com os preceitos do CPC 47 “Receita de contratos com Clientes”.

Os ingressos e receitas de prestação de serviços são reconhecidos tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

Os ingressos e receitas de venda de produtos e mercadorias são reconhecidos quando (i) a obrigação de desempenho é cumprida, ou sejam, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos comerciais e bonificações.

Os ingressos e receitas são mensurados pelo valor justo recebido ou a receber, líquidos de devoluções, descontos comerciais, bonificações e quaisquer outras deduções similares.

b. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros; e
- Rendimentos com aplicações financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado de aquisição.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Edificações	10 a 25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	4 a 5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) *Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido.

g. Intangível

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis dos ativos intangíveis (softwares) foram estimadas em 5 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos estão demonstradas ao valor de custo, deduzidos de perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado, como receita operacional.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como ativo imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

Os valores justos divulgados na nota explicativa 14 são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira.

j. *Capital social – ações ordinárias*

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

k. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- Reestruturação de um valor devido ao Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

m. Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia

optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se

exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1º de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

8 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2021	2020
Depósitos bancários em conta corrente	9	2
Aplicações financeiras	<u>25.285</u>	<u>2.305</u>
	<u><u>25.294</u></u>	<u><u>2.307</u></u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas que variam entre 99% e 99,5% (97% a 98% em 2020) do Certificado do Depósito Interbancário – CDI.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, tais aplicações financeiras foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxo de caixa.

9 Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2021	2020
Contas a receber de clientes	3.449	5.221
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa 29)	<u>1.749</u>	<u>537</u>
	<u><u>5.198</u></u>	<u><u>5.758</u></u>

Composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2021	2020
A vencer	4.251	3.385
Vencidos até 30 dias	890	39
Vencidos de 31 até 60 dias	2	2
Vencidos de 61 até 90 dias	-	4
Vencidos de 91 até 180 dias	-	4
Vencidos de 181 até 360 dias	-	180
Vencidos acima de 361 dias	55	2.144
	<u>5.198</u>	<u>5.758</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de produtos e serviços em 2021 é de 30 dias (42 dias em 2020). Em razão do baixo histórico de perdas da Companhia, a Administração entendeu não haver necessidade de constituição da provisão para perdas de crédito esperadas.

Os valores vencidos há mais de 361 dias referem-se, substancialmente, a operações com um cliente, para o qual a Companhia possui garantias reais referentes a estoques armazenados em suas unidades. Desta forma, nenhuma provisão perdas na realização destes valores foi considerada necessária.

10 Impostos a recuperar

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2021	2020
PIS e COFINS a recuperar (c)	5.577	78
ICMS a recuperar (a)	3.403	1.380
IRRF a recuperar (b)	361	102
IRPJ a recuperar (b)	781	22
CSLL a recuperar (b)	289	-
Outros impostos a recuperar	148	148
	<u>10.559</u>	<u>1.730</u>
Circulante	6.282	1.441
Não circulante	4.277	289

- (a) O crédito do imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) é proveniente da movimentação com estoques de terceiros e aquisições de ativos imobilizados.
- (b) O saldo das contas de IRPJ e CSLL são provenientes de antecipações por pagamentos por estimativa e o saldo de IRRF é proveniente das movimentações de resgate das contas de aplicações financeiras.
- (c) Saldo refere-se essencialmente ao crédito de PIS e COFINS sobre aquisição de ativos imobilizados, oriundos principalmente da construção da nova unidade em Rio Verde/GO, bem como, refere-se a recuperação de créditos de PIS e COFINS, como por exemplo, manutenções industriais e civil, locação de equipamentos, serviços de engenharia.

11 Outros créditos a receber

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2021	2020
Valores a receber Habitasec (a)	25.719	-
Adiantamento à fornecedores (b)	10.730	53
Outros créditos	1.665	879
	38.114	932
Circulante	37.038	307
Não circulante	1.076	625

- (a) Refere-se ao saldo a receber da empresa Habitasec, securitizadora da operação de debêntures, na qual reteve inicialmente o montante de R\$ 50.000 na operação de captação de recursos via emissão de debêntures, e disponibiliza os recursos financeiros inicialmente retidos à Companhia considerando a comprovação do avanço da obra em Rio Verde/GO.
- (b) Saldo refere-se a adiantamento à fornecedores na construção da obra em Rio Verde/GO.

12 Estoques

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2021	2020
Material de consumo	156	148
Material mecânico	588	432
Material para revenda	138	154
Outros	130	132
	1.012	866

13 Estoques de terceiros em poder da Companhia

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Produtos para industrialização	163.240	163.240	158.131	158.131
Produtos para armazenagem	79.797	79.797	32.146	32.146
Embalagens	8.176	8.176	12.734	12.734
	251.212	251.212	203.011	203.011

A Companhia é responsável pela guarda e armazenamento de estoques de terceiros cujos termos e condições são previstos em contratos celebrados entre as partes que incluem, entre outros, margem de tolerância para eventuais perdas (“quebras”) decorrentes do manuseio e movimentação de tais estoques. A Companhia possui controles sobre as quebras de estoques de terceiros, sendo que não foram identificadas circunstâncias em que as quebras reais sejam superiores àquelas previstas em contrato. Os saldos de estoques de terceiros em poder da Companhia são apresentados de maneira líquida entre ativos e passivos no balanço patrimonial.

14 Propriedade para investimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as propriedades para investimento incluem 1 (um) terreno da unidade de Paranaguá/PR, cujas operações foram desativadas no ano de 2018 e que, portanto, passaram a ser mantidos com a finalidade de valorização de capital.

A Companhia optou pelo método de mensuração a custo para fins de registros contábeis das propriedades para investimento. Conforme requerido pelo CPC 28 - Propriedade para Investimento que requer, nestas circunstâncias, a divulgação do valor justo das propriedades para investimento. A Companhia contratou empresa especializada que emitiu laudo de avaliação atestando o seu valor justo de R\$ 18.837 (R\$ 17.819 em 2020).

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

As propriedades para investimento tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administração não identificou indicadores de que as propriedades para investimento poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

15 Imobilizado

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de depreciação	2021			2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Terrenos	-	4.200	-	4.200	4.200	-	4.200
Edificações	4% a 10%	42.747	(11.608)	31.139	42.197	(9.331)	32.866
Máquinas e equipamentos	10%	13.697	(8.484)	5.213	15.413	(9.686)	5.727
Veículos	20% a 25%	3.691	(3.101)	590	1.205	(795)	410
Móveis e utensílios	10%	474	(304)	170	430	(213)	217
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	328	(135)	193	328	(84)	244
Computadores e periféricos	20%	1.496	(1.428)	68	1.317	(1.159)	158
Imobilizado em andamento	-	97.195	-	97.195	253	-	253
		<u>163.829</u>	<u>(25.059)</u>	<u>138.770</u>	<u>65.343</u>	<u>(21.268)</u>	<u>44.075</u>

A movimentação do ativo imobilizado está representada por:

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	<u>4.200</u>	<u>33.638</u>	<u>6.787</u>	<u>453</u>	<u>230</u>	<u>269</u>	<u>466</u>	<u>-</u>	<u>46.043</u>
Adição	-	953	812	260	28	-	503	253	2.809
Depreciação	-	(1.725)	(1.872)	(246)	(41)	(25)	(175)	-	(4.084)
Baixa de custo	-	-	-	(128)	-	-	(130)	-	(258)
Baixa de depreciação	-	-	-	71	-	-	-	-	71
Transferências (c)	-	-	-	-	-	-	(506)	-	(506)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>4.200</u>	<u>32.866</u>	<u>5.727</u>	<u>410</u>	<u>217</u>	<u>244</u>	<u>158</u>	<u>253</u>	<u>44.075</u>
Adição	-	550	706	343	44	-	180	77.539	79.362
CPC 20 - custo de empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	19.403	19.403
Depreciação	-	(1.781)	(1.729)	(391)	(43)	(24)	(162)	-	(4.130)
Baixa de custo (a)	-	-	-	(279)	-	-	-	-	(279)
Transferências (b)	-	(496)	508	257	(47)	(26)	(107)	-	89
Baixa de depreciação (a)	-	-	-	250	-	-	-	-	250
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>4.200</u>	<u>31.139</u>	<u>5.213</u>	<u>590</u>	<u>170</u>	<u>193</u>	<u>68</u>	<u>97.195</u>	<u>138.770</u>

(a) Refere-se ao ativo fixo baixado na venda de caminhões de Rondonópolis - MT.

(b) O saldo remanescente das transferências do ativo imobilizado foi reclassificado para o ativo intangível e está relacionada à amortização.

(c) Refere-se a transferência de terrenos do ativo imobilizado para o grupo de propriedades para investimento, relacionado a ativo constante na filial de Paranaguá - PR, a qual encerrou suas atividades em 2018.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, e a Companhia identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior de determinados ativos imobilizados.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do seu valor recuperável, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

16 Intangível

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de amortização	2021			2020		
		Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil
Software	20%	518	(448)	70	413	(303)	110
		<u>518</u>	<u>(448)</u>	<u>70</u>	<u>413</u>	<u>(303)</u>	<u>110</u>

17 Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2021	2020
Fornecedores de serviços e materiais	10.651	2.631
Outros	-	1
	<u>10.651</u>	<u>2.632</u>

O prazo médio de pagamento de fornecedores de serviços e materiais é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2021, o aumento do saldo deve-se ao fornecimento e serviços prestados na construção da obra em Rio Verde/GO.

18 Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo é composto pelos seguintes valores:

Circulante	Taxa de juros (a.a.)	Vencimento	2021	2020
Banco Komatsu	9,75% a.a.	26/09/2024	707	707
Debêntures - Banco Itaú	5,00% a.a. + IPCA	01/04/2026	7.829	-
Banco do Brasil	7,00% a.a. a 8,00% a.a.	01/12/2027	779	779
			<u>9.315</u>	<u>1.486</u>
Não circulante	Taxa de juros (a.a.)	Vencimento		
Banco Komatsu	9,75% a.a.	26/09/2024	1.248	1.995
Debêntures - Banco Itaú	5,00% a.a. + IPCA	01/04/2026	34.049	-
Debêntures - Banco BTG	6,75% a.a. + IPCA	01/04/2031	110.739	-
Banco do Brasil	7,00% a.a. a 8,00% a.a.	01/12/2027	1.507	2.286
			<u>147.543</u>	<u>4.241</u>

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está composta por:

Saldo em 1º de janeiro 2020	25.113
Provisão de juros	1.534
Amortização - principal	(19.566)
Amortização - juros e variações	<u>(1.354)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2020	<u>5.727</u>
Provisão de juros (*)	7.404
Adições	146.000
Atualização monetária	12.123
Custo de captação (FEE)	(5.506)
Amortização - principal	(1.666)
Amortização - juros e variações	<u>(7.224)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2021	<u><u>156.858</u></u>

(*) Quanto a provisão de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, o montante de R\$ 6.524 foram capitalizados no ativo imobilizado, não impactando o resultado do exercício.

Em março de 2021, a Companhia captou via emissão de debêntures o montante de R\$ 146.000 para construção da unidade de Rio Verde/GO, com carência de pagamento do principal, sendo de 12 (doze) meses para o Banco Itaú e de 36 (trinta e seis) meses para o Banco BTG. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo atualizado da captação perfaz o montante de R\$ 152.617.

Em setembro de 2019 foi assinado empréstimo para financiamento do projeto de internalização das Pás Carregadeiras da unidade de Rondonópolis - (MT), com linhas de financiamento do Banco Komatsu para compra de 6 (seis) máquinas com juros médios de 9,75% a.a. já com descontos de adimplência, sem carência de para pagamento de amortização do principal, e este financiamento se estendera até setembro de 2024, sendo o Banco Komatsu como repassador.

Vencimento da dívida no não circulante

	2021
2023	11.955
2024	23.596
2025	26.296
2026	18.437
2027	15.820
Após 2028	<u>51.439</u>
	<u><u>147.543</u></u>

Garantias

Os financiamentos do Banco Komatsu e Banco do Brasil são na modalidade de Finame, e estão garantidos pelos próprios bens financiados, que totalizam um montante de R\$ 4.241 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.727 em 2020). Quanto as garantias das debêntures relacionadas à captações do Banco Itaú e Banco BTG referente à construção da fábrica em Rio Verde/GO encontram-se evidenciadas a seguir.

Debentures

1º Emissão

A Companhia vem nos últimos exercícios buscando novas formas de financiamento, utilizando assim o mercado de capitais, fazendo a securitização ou cessão de seus ativos (recebíveis e contratos).

Em 15 de março de 2021, a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de 40 (quarenta) debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal de R\$ 1.000 na data da emissão, totalizando o montante de R\$ 40.000, enquadrada nos termos da Instrução CVM 476.

Essa emissão foi lastreada por uma operação de securitização cujas debêntures foram distribuídas publicamente, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 47, de 16 de janeiro de 2009, estando a oferta restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385/1976. A oferta restrita foi registrada na ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do inciso II do artigo 16 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários” vigente desde 03 de junho de 2019.

As debêntures foram devidamente depositadas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

A operação é garantida por:

- a) Alienação fiduciária do imóvel matrícula n.º 99.500, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso, conforme contrato de alienação fiduciária firmado em 17 de março de 2021;
- b) Alienação fiduciária dos equipamentos, conforme contrato firmado em 17 de março de 2021; e
- c) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios da companhia CHS Agronegócio Indústria e Comércio Ltda.

Esta operação contém cláusulas usuais de compromissos (“*covenants*”), relacionados a aspectos financeiros, as quais encontram-se evidenciadas nessa nota explicativa, logo abaixo.

2º Emissão

Em 17 de março de 2021, a Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão de 106.000 (cento e seis mil) debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1 na data da emissão, totalizando o montante de R\$ 106.000.

As debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

Os recursos objeto da emissão está destinado para construção da unidade misturadora e logística, localizada no Município de Rio Verde/GO, objeto das matrículas 54.336 e 3.995 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Verde/GO.

As debêntures da emissão supra descritas se constituem uma colocação privada de debêntures, nos termos dos artigos 52 e seguintes da Lei das Sociedades Anônimas por Ações, não estando, portanto, sujeita ao registro ou dispensa de distribuição na CVM ou na ANBIMA. As debêntures não são registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário ou qualquer forma de custódia eletrônica, seja em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. A colocação das debêntures será realizada de forma privada, exclusivamente para a debenturista, sem a intermediação de quaisquer instituições, sejam elas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou não, e não contou com qualquer forma de esforço de venda perante o público em geral.

A operação é garantida por:

- a) Alienação fiduciária do imóvel matrícula n.º 99.500, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso, conforme contrato de alienação fiduciária firmado em 17 de março de 2021;
- b) Alienação fiduciária do imóvel matrícula n.º 19.775, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, conforme contrato de alienação fiduciária firmado em 17 de março de 2021;
- c) Alienação fiduciária dos equipamentos, conforme contrato firmado em 17 de março de 2021; e
- d) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios da companhia CHS Agronegócio Indústria e Comércio Ltda.

Esta operação contém cláusulas usuais de compromissos (“*covenants*”), relacionados a aspectos financeiros, as quais encontram-se evidenciadas nessa nota explicativa, logo abaixo.

Compromissos (“*covenants*”)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detém empréstimos, financiamentos e debêntures junto às instituições financeiras que, de acordo com os termos do contrato, contém cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) e inadimplemento cruzado (“*cross-default*”), as quais, caso não sejam cumpridas pela Companhia, podem caracterizar evento de inadimplemento a ser declarado pelos credores. Consequentemente, o pagamento de tais financiamentos poderiam, a critério de tais credores, ser exigido antecipadamente. As cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) estabelecem que, anualmente, sejam cumpridos determinados índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras anuais e auditadas, sendo:

Banco	Coventans
Banco Itaú	(i), (ii), (iii)
Banco BTG	(i), (ii), (iii)
Banco do Brasil	(iv)

- (i) O índice de cobertura da emissão deve ser superior ou igual a 93% (noventa e três por cento);
- (ii) Dívida líquida/EBITDA deve ser menor ou igual a 3,75x em 2022, 2,75x em 2023, 2,00x em 2024 e 1,50x em 2025 até o vencimento;

- (iii) EBITDA/despesa financeira líquida maior ou igual a 2,0x em 2021, 2,5x em 2022 e 3,0 em 2023 até o vencimento; e
- (iv) Dívida líquida/EBTIDA em 4,0 vezes.

Conforme mencionado acima, determinados contratos de financiamento e debêntures mantidos pela Companhia contêm cláusulas contratuais (“*covenants*”) a serem cumpridas mediante a manutenção de determinados índices financeiros como condição para manutenção das datas originais de vencimento destas obrigações. Em 31 de dezembro de 2021, especificamente em relação aos contratos de empréstimos e financiamentos do Banco do Brasil, a cláusula contratual de *covenants* não foi cumprida e a Companhia, de forma a evitar tal evento de inadimplemento a ser declarado pelos credores, solicitou consentimento (“*waiver*”), o qual foi obtido apenas em 22 de abril de 2022.

19 Obrigações trabalhistas

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2021	2020
Salários a pagar	1.466	985
Férias a pagar	1.044	896
FGTS	164	106
INSS	615	470
PPR - Participação nos lucros	1.588	1.757
Outros	625	550
	<u>5.503</u>	<u>4.764</u>

20 Outros passivos

	2021	2020
Seguros a pagar	333	10
Dividendos a pagar (nota explicativa 25.e)	4.835	4.835
Outras contas a pagar	501	148
	<u>5.670</u>	<u>4.993</u>

21 Impostos a recolher

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2021	2020
IRPJ e CSLL a recolher	-	451
PIS e COFINS a recolher	209	259
INSS a recolher	292	-
Outros impostos	70	55
	<u>571</u>	<u>765</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.141	9.405
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(388)	(3.197)
Adições permanentes		
(+/-) Outras despesas indedutíveis	(129)	106
Efeito de diferido não constituído		
(+/-) Diferença depreciação fiscal e societária	(243)	(197)
(+/-) Provisões contingenciais e gerais	(87)	203
(+/-) Receita de contrato com cliente (CPC 47)	<u>(97)</u>	<u>127</u>
	<u>(944)</u>	<u>(2.958)</u>
Imposto de renda	(694)	(2.130)
Contribuição social	(250)	(828)

A alíquota utilizada nas conciliações apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Ativos diferidos		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (*)	<u>3.344</u>	<u>-</u>
Passivo diferido		
Provisão de juros e FEE	<u>(4.288)</u>	<u>-</u>
	<u>(944)</u>	<u>-</u>

(*) Durante o ano de 2021, a Companhia gerou base negativa de imposto de renda e contribuição social decorrente dos juros e FEE capitalizados sobre as debêntures.

c. Período estimado de realização

Os valores dos ativos diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2021	2020
2022	2.779	-
2023	<u>565</u>	<u>-</u>
	<u>3.344</u>	<u>-</u>

23 Provisão para contingências

A Companhia é parte passiva em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, realiza análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2021	2020
Trabalhistas	83	79
Cíveis	296	131
Tributárias	227	103
	<u>606</u>	<u>313</u>

Processos com probabilidades de perda possível

Existem outras contingências passivas de natureza tributária, cível e trabalhista, surgidos no curso normal dos negócios, os quais, na opinião dos assessores jurídicos das Companhia, têm expectativa de perda classificada como possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os valores em risco decorrentes dos processos com possibilidade de perda possível estão descritos abaixo:

	2021	2020
Tributária	1.892	1.254
Trabalhista	272	151
Cíveis	287	1.810
	<u>2.451</u>	<u>3.215</u>

24 Arrendamentos

A Companhia arrenda propriedades, veículos, infláveis e estruturados para armazenagem. Esses arrendamentos normalmente duram entre 1 a 2 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados individualmente e de acordo com cada contrato, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Anteriormente, os arrendamentos de imóveis eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1).

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo enquadrados na isenção da norma representados,

substancialmente, por equipamentos de informática. A Companhia arrenda equipamentos de TI com prazos de contrato de um a três anos, mas considerados de baixo valor. A Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos, e nem os contratos cujo prazo é inferior a 12 meses.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatária são apresentadas abaixo:

	Ativo de direto de uso	Passivo de arrendamentos
Em 1º de janeiro de 2020	1.306	1.344
Depreciação	(2.068)	-
Pagamentos de arrendamentos	-	(2.205)
Adições e reajustes	1.165	1.165
Ajuste a valor presente	-	99
	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2020	403	403
Depreciação	(1.886)	-
Pagamentos de arrendamentos	-	(1.954)
Adições e reajustes	1.625	1.625
Ajuste a valor presente	-	68
	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>142</u>	<u>142</u>

Em 31 de dezembro de 2021, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos	Ajuste a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
Até um ano	<u>145</u>	<u>(3)</u>	<u>142</u>
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	<u>145</u>	<u>(3)</u>	<u>142</u>

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 2021 e 2020, no montante de R\$ 23.495, está representado por 23.495.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

Acionistas	Participação	Quotas	Capital
CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda.	50,00%	11.748	11.748
BRFértil S.A.	26,50%	6.226	6.226
Vaccari Gonçalves Honding Ltda.	15,16%	3.562	3.562
Krug Holding Ltda.	8,34%	1.959	1.959
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	<u>100,00%</u>	<u>23.495</u>	<u>23.495</u>

Em 18 de setembro de 2020, conforme livro de registro de transferência de ações, ocorreu a venda parcial das ações da Companhia via transferência de 6.226 quotas para a BRFFértil S.A., correspondente à 26,50% das ações da Companhia. A operação de compra e venda das ações da Companhia para o novo acionista BRFFértil S.A. não envolveram a subscrição de novas ações, e somente a transferência das ações dos acionistas anteriores.

Acionistas	Transferência		
	Participação	Quotas	Capital
Vaccari Gonçalves Holding Ltda.	14,34%	3.369	3.369
Krug Holding Ltda.	11,16%	2.623	2.623
Piekarski Holding – Eireli	1,00%	234	234
	26,50%	6.226	6.226

b. Reserva de capital

Em 29 de junho de 2012, foi aprovada em ata de Assembleia Geral Extraordinária, a emissão de 500.000 novas ações, ao preço de emissão total de R\$ 38.000, subscritas pela CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda., correspondentes a 50% de participação no capital social da Companhia. Do preço de emissão total das novas ações ordinárias, R\$ 22.995 serão destinados como aumento de capital e R\$ 15.005 como ágio na emissão de ações em reserva de capital, conforme previsto na alínea "a" do parágrafo 1º do art. 182 da Lei 6.404/76.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Conforme previsto no parágrafo 1º do art. 193 da Lei 6.404/76, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2010, amparada na Lei acima mencionada, a Companhia não constituiu a reserva legal.

d. Reserva de retenção de lucros

A reserva de lucros retidos refere-se ao saldo remanescente de lucros acumulados em exercícios anteriores e terá destinação estabelecida conforme for deliberado em Assembleia de Acionistas.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo de 75% do resultado do período ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	197	6.447
(-) Reserva legal 5%	-	-
Base de cálculo para cálculo dividendo mínimo obrigatório	-	6.447
Dividendos mínimo obrigatório (75%)	-	4.835

Durante o ano de 2021, por deliberação dos acionistas, não foram, assim como não serão, distribuídos e pagos dividendos. Durante o ano de 2020, foram pagos os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao resultado do exercício anterior no montante de R\$ 5.844 e dividendos distribuídos da reserva de lucros no montante de R\$ 1.948, totalizando o montante de R\$ 7.792.

26 Receita líquida de vendas

A Companhia gera receita principalmente pela gestão de fertilizantes e na realização de serviços relacionados.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente.

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	2021	2020
Receita bruta de industrialização	30.474	31.974
Receita de serviços	2.370	1.418
Receita de armazenagem	4.508	7.515
Revenda de mercadorias	5.806	4.291
Venda de produtos industrializados	3.344	5.876
Outros serviços	660	3.262
(-) Impostos incidentes sobre vendas e descontos	<u>(5.055)</u>	<u>(5.151)</u>
	<u><u>42.108</u></u>	<u><u>49.185</u></u>

27 Custos dos serviços prestado, produtos vendidos e despesas administrativas e gerais

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais da Companhia possui a seguinte composição:

	2021	2020
Salários, encargos e benefícios	(22.686)	(21.605)
Depreciação e amortização	(4.275)	(4.125)
Depreciação de arrendamentos	(1.886)	(2.068)
Custo da mercadoria vendida	(4.072)	(2.606)
Manutenção e assistência técnica	(2.912)	(2.737)
Energia elétrica	(1.012)	(1.008)
Despesa com viagens	(411)	(181)
Provisões para contingências	(293)	597
Estadia de caminhão	(95)	(30)
Combustíveis e lubrificantes	(1.269)	(811)
Locação de rodantes	(773)	(78)
Fretes e carretos	(403)	(132)
Outros custos e despesas	<u>(3.199)</u>	<u>(3.640)</u>
	<u><u>(43.286)</u></u>	<u><u>(38.424)</u></u>
Reconciliação dos custos e das despesas por função		
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	(36.937)	(32.519)
Despesas administrativas e gerais	<u>(6.349)</u>	<u>(5.905)</u>
	<u><u>(43.286)</u></u>	<u><u>(38.424)</u></u>

28 Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Ganhos com aplicações financeiras	3.212	330
Outros	15	2
	3.227	332
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(3)	(4)
Juros sobre empréstimos	(700)	(1.535)
Juros de arrendamentos	(68)	(99)
Outros	(157)	(131)
	(928)	(1.769)
	2.299	(1.437)

29 Partes relacionadas

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho da Administração e todos os administradores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração por serviços prestados foi de R\$ 3.844 (R\$ 3.201 em 2020).

(ii) Outras transações

Os saldos de transações de contas a receber de partes relacionadas, adiantamentos de partes relacionadas e receitas com partes relacionadas referem-se a prestações de serviço de armazenagem e industrialização para a CHS Agronegócio - Indústria e Comércio Ltda e BRFértil S.A., as quais são realizadas em termos e condições celebrados entre as partes, levando-se em consideração a estrutura da Companhia, podendo, portanto, ser diferentes caso realizados com terceiros que não fazem parte da Companhia.

	2021	2020
Receita de prestação de serviços	15.128	11.488
Contas a receber	2.606	537
Adiantamento de clientes	1.566	3.160

30 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não realizou operações com derivativos.

a. Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

		2021			
	Nota	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e bancos	8	9	-	9	9
Aplicações financeiras	8	25.285	-	25.285	25.285
Contas a receber de clientes	9	5.198	-	5.198	5.198
Passivos					
Fornecedores	17	-	10.651	10.651	10.651
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	156.858	156.858	156.858
Passivo de arrendamentos	24	-	142	142	142
		2020			
	Nota	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e bancos	8	2	-	2	2
Aplicações financeiras	8	2.305	-	2.305	2.305
Contas a receber de clientes	9	5.758	-	5.758	5.758
Passivos					
Fornecedores	17	-	2.632	2.632	2.632
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	5.727	5.727	5.727
Passivo de arrendamentos	24	-	403	403	403

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela alta Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros

para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital da Companhia.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento análise de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 25.294 (R\$ 2.307 em 2020) nas demonstrações financeiras, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituição financeira de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

Análise de sensibilidade

As despesas financeiras provenientes dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como o IPCA.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I, consideramos um incremento de 10% nas operações de empréstimos, financiamentos e debêntures nas cotações das taxas de juros, e para o Cenário II, um aumento de 20%.

Operações com empréstimos, financiamentos e debêntures (IPCA)

	Saldo em 2021	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação do IPCA				
Saldo	152.617	164.292	180.721	197.151
Impacto no resultado	-	11.675	16.429	32.858

(*) Considera elevação da IPCA em 10%.

(**) Considera elevação da IPCA em 20%.

A taxa de fechamento do IPCA em 31 de dezembro de 2021 utilizada para o cenário provável foi de 7,65%, considerando a taxa projetada seguindo o índice esperado pelo mercado financeiro para o ano de 2022.

31 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes coberturas de seguro e seus respectivos montantes:

Riscos cobertos	Cobertura
Incêndio / raio / explosão	105.000
Danos elétricos	100
Equipamentos móveis	100
Equipamentos estacionários	100
Honorário de perito	200
Danos naturais (vendaval, ciclones, tempestades, outros)	10.000
Perda / pagamento aluguel terc. - prédio	100

32 Transações não envolvendo caixa

Valores a receber Habitasec / captação de empréstimos, financiamentos e debêntures

Durante o exercício de 2021, do montante total a receber da empresa Habitasec, no valor de R\$ 25.719, securitizadora da operação de debêntures, na qual reteve esse montante na operação de captação de recursos via emissão de debêntures, e disponibiliza os recursos financeiros inicialmente retidos à Companhia considerando a comprovação do avanço da obra em Rio Verde/GO, conforme nota explicativa 11 e 18, o montante de R\$ 24.460 não envolveu caixa e, portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Atualização monetária sobre empréstimos

Durante o exercício de 2021, houveram atualizações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures, as quais foram capitalizadas, conforme nota explicativa 15 e 18, no montante de R\$ 12.123, e que não envolveu caixa e, portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

33 COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus (“COVID-19”) foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma “Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional”.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. O segmento do agronegócio foi pouco impactado pela pandemia, na qual a Companhia faz parte na gestão de fertilizantes, bem como, o segmento projeta um aumento da área plantada e produção para a próxima safra, o que mitiga um cenário de redução de receitas no curto e médio prazo.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras nenhuma medida relevante foi necessária.

34 Eventos subsequentes

Em de fevereiro de 2022, a Rússia invadiu a Ucrânia, tal que União Europeia, Estados Unidos, Reino Unido e outros países anunciaram em março de 2022 um conjunto de sanções econômicas e financeiras à Rússia e, subsequentemente, à Bielorrússia, em resposta à invasão.

A Rússia e Bielorrússia estão entre os principais fabricantes mundiais de fertilizantes. Aproximadamente 30% das importações brasileiras dos produtos são de origem destes dois países. Apesar das limitações para o envio de fertilizantes, ambos os países não suspenderam suas entregas para o Brasil.

Logo, o impacto deste contexto foi um choque na oferta de fertilizantes e, consequentemente, oscilações atípicas em seus preços.

A Administração da Companhia acompanha tempestivamente o mercado global de fertilizantes, avaliando o impacto de abastecimento de seus clientes, bem como a gestão de seus custos, garantido liquidez financeira e continuidade operacional.

* * *

Rafael Vaccari Gonçalves
Diretor Presidente

Mauricio Crippa
Diretor ADM e Financiero

Marcos Leandro Batista
Contador
CRC-PE 015780/O-6 T-SP